

**ORGANIZAÇÃO DAS PESCARIAS DO ATLÂNTICO SUDESTE
(SEAFO)**



**RELATÓRIO DA 6ª REUNIÃO ANUAL DA
COMISSÃO, 2009**

O Secretariado
P.O. Box 4296
Walvis Bay, Namíbia
Telefone: +264-64-220387
Facsimile: +264-64-220389
Email: info@seafo.org
Url: www.seafo.org

Jan Pieter Groenhof
Presidente da Comissão da SEAFO
Jan-Pieter.Groenhof@fkd.dep.no

Este documento é produzido nas línguas oficiais (Inglês e Português). As cópias estão a disposição no Secretariado e no site.

1. Abertura da Reunião

1.1 A 6ª Reunião Anual da Comissão da SEAFO teve lugar em Swakopmund, Namíbia, de 5 a 8 de Outubro 2009. A lista participante encontra-se no anexo 1.

1.2 A reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão, Sr. Jan Pieter Groenhof (Noruega). Na sua nota de abertura, saudou os delegados calorosamente e expressou os seus votos para uma reunião com sucesso.

2. Adopção da Agenda e informações organizativas

A reunião adoptou a agenda (**Anexo2**)

3. Introdução e Discurso de abertura das Partes e Signatárias

3.1 Os Chefes das delegações fizeram a apresentação dos membros das respectivas delegações.

Somente quatro partes Signatárias da SEAFO estiveram representadas nomeadamente – Angola, Comunidade Europeia, Namíbia, Noruega. A África do Sul não se fez presente na reunião, mas depositou o seu pedido de desculpas. As delegações da República da Coreia e EUA estiveram a representar os Estados Signatários

3.2 Todas as partes signatárias fizeram os seus discursos de abertura (Anexo 3)

4. Apresentação e Admissão dos Observadores

Os Observadores presentes foram o Japão a Coreia, os EUA, a FAO e o BCC. Os quais apresentaram os seus discursos de abertura (Anexo 4).

5. Estado da Convenção relativamente aos Membros

5.1 O Secretário executivo em exercício informou á Assembleia que não foi recebida nenhuma notificação ou ratificação durante 2009.

5.2 O presidente informou sobre os resultados dos contactos efectuados com as autoridades do Japão e da República da Coreia em matéria de ratificação.

5.3 Foi recebida correspondência oficial dos dois países atestando que ambos países estão a concluir o processo de ratificação mas não irão aderir a SEAFO em 2009.

5.4 Em resposta as cartas do presidente, tanto o Japão como a Rep. da Coreia salientaram que estão a tomar medidas concretas para a ratificação da Convenção SEAFO e prometeram que o processo deverá ser concluído o no decorrer de 2010.

5.5 Observando a evolução positiva do Japão e da República da Coreia no que diz respeito a ratificações, os membros encorajaram os dois Estados de bandeira a concluir o processo de ratificação rapidamente para que a sua vasta experiência em acordos multilaterais possam contribuir para o trabalho da Organização.

5.6 A Comissão sublinhou que aqueles que beneficiam os recursos na região deverão, em conformidade com as obrigações internacionais, participar plenamente no trabalho da Organização como Partes Contratantes.

6. Estado do Acordo da Sede

6.1 O Secretário Executivo relatou que a cerimónia de assinatura entre a Sua Excelência Ministro da Pescas e Recursos Marinhos da Namíbia, representando o governo Namibiano e a SEAFO teve lugar em 24 de Setembro de 2009 nos escritórios do SEAFO em Walvis Bay.

6.2 As cópias assinadas do Acordo da Sede estarão disponíveis aos chefes de Delegação

7. Explicação da Namíbia relativamente aos escritórios da SEAFO

A reunião foi informada que o projecto de renovação estava atrasado por um ano mas, as construções terão início em 2010. Está previsto que os escritórios serão entregues em 2012.

8. Revisão de desempenho da Organização/Composição do Painel de Revisão

8.1 a Comissão adoptou a proposta submetida pela Noruega relativa à composição do painel de Revisão de Desempenho da Organização das Pescarias do Atlântico Sudeste.

8.2 a Comissão concordou em manter o painel tão pequeno quanto possível e que o Secretário Executivo deve ser um membro do painel sem função.

8.3 o Secretário Executivo contactará a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES) e requerer nomes de Peritos de Gestão de Pescas e de um Cientista, respectivamente. O Perito de Gestão de Pescas agirá como presidente do painel de revisão.

8.4 A Comissão nomeou o Dr. Moses Maurihungirire da Namíbia e o Senhor Tjere Lobach da Noruega para fazer parte do Painel de Revisão.

8.5 A revisão deverá ter como base os critérios de desempenho convencionados na 5ª reunião anual da Comissão, Anexo 8 do Relatório da Comissão de 2008.

8.6 A Comissão concordou além disso que o Painel terá a sua primeira reunião em Fevereiro/Março de 2010.

8.7 O orçamento para a Revisão de Desempenho é de N \$80 000, 00. A Comissão concordou que se forem solicitados mais fundos, o Secretário Executivo deverá dar os passos necessários junto as partes no sentido de abordar esta questão.

8.8 O relatório do Painel de Revisão deverá ser finalizado e estar disponível às partes 30 dias antes da reunião da Comissão de 2010.

9. Relatório do Comité Científico (SC)

9.1 O presidente do SC, o Sr. Phil Large (UE), apresentou o relatório do seu Comité incluindo recomendações e aconselhamento.

9.2 O Senhor Phil Large enfatizou que os dados estatísticos de captura, não melhoraram suficientemente para efectuar a avaliação do manancial. Consequentemente, as recomendações e aconselhamento apresentados são grandemente baseados no conhecimento limitado e tomando em consideração, entre outras, a gestão das pescas numa abordagem de ecossistema e no princípio de d precaução

Além disso o Comité Científico fez a revisão de três medidas de conservação tendo sido propostas algumas emendas.

O presidente prestou informação a reunião sobre os resultados do workshop sobre de pescas/VMS. O SC recomenda que o Guia de Identificação da SEAFO para esponjas e corais seja baseado no trabalho efectuado por um cientista espanhol

10. Considerações do Relatório do Comité Científico (SC)

Ao analisar o relatório global do SC, várias delegações manifestaram a satisfação pelo bom relatório. Além disso várias delegações pediram clarificação do porquê da proposta de redução de alguns TAC's. As delegações notaram que a qualidade de dados submetidos pelos FPs melhorou em 2009.

10.2 Tendo em conta as recomendações de SC a Noruega apresentou uma proposta relativamente a Captura Permissível Total (TAC) para 2010 que foi adoptada pela Comissão. Os TACs são como se segue:

Patagonian Toothfish: 200 toneladas

Orange Roughy: 50 toneladas

Alfonsinos: 200 toneladas

Caranguejo de profundidade: 200 toneladas na subdivisão B1 e 200 toneladas na área da Convenção remanescente

Estes níveis de TACs foram feitos necessários devido aos dados inadequados do tamanho de população, distribuição espacial e níveis de captura sustentáveis destes recursos na Área de Convenção. Além disso, teve-se em consideração os níveis de captura nas áreas adjacente i.e. CCAMLR e Namíbia. O TAC só é fixado para 2010 e deverá ser revisto em 2010 pelo Comité Científico.

10.3 A Comissão adoptou as novas medidas de Conservação revistas relativamente a redução de captura acessória incidental de aves marinhas na SEAFO CA e a redução da Mortalidade das Tartarugas do Mar nas operações de pesca da SEAFO com emendas.

10.4 A Comissão tomou nota de que embora dois CPs tenham submetido dados relativos a criação de "impressões de pegadas de pesca" conforme a Medida de Conservação 12/08, o formato foi considerado pelo SC inadequado para ser desenvolvido. A Comissão concordou com o formato revisado nos quais os CPs e FPs deveriam informar ao Secretariado tendo como base dados de posição da captura (posição do arrasto em latitude/longitude em decimais para o mais próximo minuto) para arrastos/posições individuais para o período 1987-2007. Cada registro de arrastos/posições deveria incluir também o tipo de e arte (linhas longas de fundo, rede de arrasto de fundo, armadilhas etc.) e a data. Os critérios para o

estabelecimento da pegada serão se uma área foi pescada em dois anos sucessivos durante o período 1987-2007. Tais informações deverão ser fornecidas pelas partes contratantes e Nações Pesqueiras até Março de 2010.

10.5 A Comissão foi informada do recente desenvolvimento dentro do CCAMLR e NAFO relativo à redução dos níveis de limiar de encontro para os VMEs. A Comissão adoptou os níveis de limiar revistos de 60kg de corais e de 800 kg de esponjas na Área de Convenção da SEAFO.

10.6 Reconhecendo a necessidade para informação mais inclusiva sobre a distribuição espacial e extensão de áreas de montes marinhos e a sua fauna associada deve-se programar a revisão das áreas fechadas para 2010. A Comissão aprovou que o Centro de Oceanografia Nacional, de Southampton seja premiado para um contrato de consultoria a curto prazo a fim de compilar os melhores dados de batimetria disponíveis e desenvolver um mapa detalhado de topografia de fundo na Área de Convenção da SEAFO. A Comissão concordou além disso que o montante de N \$80,000 orçamentado para o trabalho de consultoria de 2009 deveria ser considerado para o orçamento 2010. Uma quantia adicional de N \$26,000 para este trabalho também foi aprovada. A Comissão deu ao Secretário Executivo a tarefa de rascunhar um contrato para o trabalho a ser empreendido com base no seguinte plano de trabalho:

Tarefa 1

Fornecer a SEAFO com a melhor compilação de batimetria regional disponível como uma camada de ESRI GIS, e em cópia de papel em larga escala.

Os montes marinhos, cumes e bancos serão classificados em " unidades biologicamente significantes " i.e. os que alcançam a zona fótica (onde o crescimento de plantas é possível), aqueles que alcançam 1,000m (dentro da gama de migração vertical do zooplankton) e aqueles cujos ápices são mais profundos.

Tarefa 2

Revisão de dados Devem ser acrescentados aos dados públicos disponíveis actualmente a temperatura de fundo, a salinidade, o conteúdo de O₂, tipo de solo oceânico (geologia) para utilização do GIS – visto como camadas para fornecer um resumo dos principais tipos de ambiente por cima das províncias de montes marinhos através de escalas a nível regional ao invés de utilizar escalas detalhadas.

Tarefa 3. A ser comissionada depois de escrutinar os resultados de Tarefa 2

Usar estas variáveis físicas como procurações para a ocorrência potencial de VMEs, tais como corais e esponjas, através novamente de uma escala regional.

Acrescentar ao GIS, em escala regional novamente regionais, províncias de bio geoquímica. Estes categorizam produtividade superficial do oceano de superfície e sua sazonalidade preditos importantes para os mananciais de fundo e potencialidade de biodiversidade.

10.7 A Comissão aprovou o uso da chave de identificação espanhola revisada para corais e esponjas na Área Convenção da SEAFO.

10.8 A Comissão tomou nota que o Comité Científico não tem informação disponível suficiente para avaliar os efeitos de artes de pesca perdidas no habitat e na biodiversidade. As únicas pescarias que actualmente causam problemas com artes de pesca abandonadas, perdidas ou dispensadas (ALDFG) são as pescarias de Linhas longas para Patagonian toothfish e pescaria com armadilhas para o caranguejo vermelho de profundidade. A Comissão foi também informada que as artes de emalhar são contribuintes importantes a problemas de ALDFG incluindo a pesca fantasma – e que este método de pesca foi proibido na área de CCAMLR. A Comissão aprovou que a pesca com artes de emalhar sejam proibidas na Área de Convenção da SEAFO até sejam disponíveis mais informações. A Comissão aprovou além disso que as Formulários de Pescas sejam emendados para incluir campos para ALDFG em que constem as da arte e posição geográfica e que a Secretaria de SEAFO leve a cabo uma consulta com as Nações de Pesca da SEAFO que pesca para determinar o limite máximo de comprimento das frotas individuais /tempo de saturação e capacidade da arte de pesca do navio.

10.9 A Comissão aprovou o desenvolvimento de perfis de espécies (incluindo informação de produtividade e vulnerabilidade) para as espécies principais comercialmente exploradas na SEAFO CA.

10.10 A Comissão adoptou os Termos de referência dos co- coordenadores científicos a saber:

Agir como o ponto focal científico entre SEAFO e CPs
E FPs.

Participação no SSC SC da SEAFO.

Assegurar que todos os dados de pescas e científicos incluindo dados históricos estejam disponíveis ao SSC e ao SC através da Secretaria da SEAFO usando o formato prescrito.

Encorajar a provisão de análises científicas pertinentes para os corpos científicos da SEAFO.

A Comissão exigiu que os CPs e os FPs fornecessem os nomes dos coordenadores científicos nomeados para o Secretariado.

10.11 A Comissão exigiu que CPs e os FPs cumprissem cabalmente com os protocolos de relatórios científicos concordados. Além disso a Comissão concordou que a Secretaria melhorasse o website da SEAFO de a se aceder facilmente as capturas, e os formulários de amostragem e dos observadores.

10.12 A Comissão aprovou que a Secretaria invista num banco de dados de acesso satisfatório que possa acomodar todas as exigências da SEAFO relativamente aos dados. A Comissão aceitou a oferta da Namíbia de ajudar no desenvolvimento de um banco de dados que pode requerer uma contribuição orçamentária muito pequena.

10.13 A Comissão tomou nota que a lista de espécies da SEAFO não é extensa e não incluem muitas espécies que podem ser consideradas actualmente como espécies acompanhantes e estas podem ser alvo de pescarias s futuras. Isto é importante porque muitas medidas de conservação na SEAFO CA referem-se explicitamente a pesca das espécies na lista da SEAFO (por exemplo a Medida Conservativa 06/06 relativa a áreas fechadas). A Comissão expressou preocupação e concordou em substituir “lista de espécies ” com “recursos de pescas” como definido na Convenção da SEAFO na Medida Conservativa 06/06.

10.14 A Comissão aceitou a oferta feita pela FAO para compilar dados da Ucrânia e Rússia (e outras nações do antigo Bloco Oriental). A Comissão pediu além disso a Secretaria para solicitar a FAO que desse uma indicação do prazo para entrega dos dados e para que forneça os dados no formato de SEAFO. A presidente agradeceu FAO em nome da Organização.

10.15 A Comissão aprovou que o Comité Científico continuasse com a compilação de um protocolo formal para referenciar documentos científicos e de trabalho. O protocolo deveria ser tabelado para ser discutido na próxima reunião da Comissão em 2010.

11. Relatório do Comité de Cumprimento (CC)

O Presidente do CC, Sr. B. Amutse (a Namíbia), apresentou o Relatório do Comité de Complacência que inclui recomendações específicas e conselho (Anexo 7).

12. Considerações sobre o Relatório do Comité de Cumprimento

12.1 O Comité tomou nota que os navios da União Europeia pescaram na área de convenção da espécies do por conseguinte não foram obrigados a submeter os dados á Secretaria.

12.2 A reunião expressou satisfação que os FPs estão a obedecer as Medidas de Conservação da SEAFO.

12.3 A Comissão concordou que não é necessário implementar um Esquema de Documentação de Captura (CDS) na SEAFO mas confia nas medidas adoptadas pela CCAMLR relativas ao toothfish. A Comissão notou além disso que Angola é o único membro da SEAFO CP que não é membro do CCAMMLR e poderia implementar o CDS do CCAMLR em uma base voluntária.

12.4 a Comissão adoptou a Medida de Conservação emendada 03/06 relativa a Proibição Interina de Transbordos em alto mar na Área de Convenção da SEAFO e regular os transbordos no Porto.

12.5 A Comissão concordou na elaboração de uma lista de navios de pesca IUU da SEAFO que incorporem a lista estabelecidas pela NAFO, NEAFC e CCAMLR seguindo os procedimentos dos parágrafos 18 e 19 da medida de Conservação 08/06 s. A Secretaria colocará lista de navios de pesca IUU da SEAFO na Pagina Web da SEAFO.

12.6 a Comissão tomou nota que devido a proibição corrente das redes de emalhar, mais regulamentos para limitar os efeitos negativos de ALDFG teriam muito pouco efeito. A Comissão concordou em esperar o resultado da revisão de desempenho da SEAFO de 2010 antes de serem delineadas Medidas de Conservação adicionais.

Relatório do Alto Comité de Administração e Finanças (SCAF)

13.1 O presidente do SCAF, Senhora G. D' Almeida (Namíbia), apresentou o relatório do Alto Comité de Administração e Finanças incluindo recomendações e conselho (anexo 8).

13.2 A Comissão Tomou nota que o presidente solicitou aos observadores de se retirarem da reunião após o ponto 8 da agenda devido as questões de confidencialidade nos restantes pontos da agenda.

14. Consideração do Relatório do Alto Comité de administração e finanças (SCAF)

14.1 A Comissão aprovou o parágrafo 24 emendado relativo as regras de procedimento da SEAFO com a finalidade de se fazer um edital para o SCAF (anexo 9)

14.2 A Comissão tomou nota que o pagamento do pessoal foi efectuado para 2008 e 2009.

14.3 Fazendo a revisão das contribuições das partes ao orçamento de 2009, verificou-se que Angola e África do Sul ainda não fizeram os seus pagamentos. A Comissão concordou que o presidente deve enviar uma carta aos CPs para que eles liquidem as mais cedo possíveis as respectivas quotas.

14.4 Após ter revisto o relatório do auditor compilado por PriceWaterHouseCoopers, a Comissão endossou o relatório do ano financeiro que terminou em 31 Dezembro 2008.

14.5 A comissão concordou em aumentar os salários do pessoal do Secretariado por uma quantidade que cubra o PAYE. A intenção esta em concordância com as ofertas relativas a salários e outros benefícios feitos ao pessoal do Secretariado na altura da nomeação. Os contratos da equipe de funcionários foram aprovados pela Comissão com emendas (anexo 10).

14.6 Revendo as condições do pessoal do Secretariado e tendo em conta a inflação e o custo de vida na Namíbia, a Comissão decidiu aumentar o salário do oficial administrativo por 10%.

14.7 Após discussões, foi aprovado o orçamento revisto de 2009. A Comissão aprovou o orçamento para 2010 com algumas emendas (anexo 11).

14.8 A Comissão enfatizou a necessidade da criação de um Fundo Especial de Solicitações para ajudar as Partes em desenvolvimento em concordância com a Convenção da SEAFO. A reunião tomou nota que a contribuição ao fundo é voluntária. A Comissão aprovou o estabelecimento do Fundo Especial de Solicitações (anexo 12). Para além disso, a Comissão concordou em emendar os Regulamentos financeiros para criar um decreto relativo ao Fundo Especial de Solicitações (anexo 13).

14.9 O chefe da delegação Norueguesa indicou que a Noruega estaria em posição de contribuir com N\$ 100.000.00 para o Fundo Especial de Solicitações em 2010, e que a EC examinaria a possibilidade de fornecer uma quantidade similar.

14.10 A Comissão tomou nota que a revisão do modelo de contribuição está baseada no artigo 12 da convenção da SEAFO. Com base numa proposta do EC, a Comissão aprovou um modelo baseado num sistema de três quotas (anexo 14). O modelo entrará em vigor em 2011.

14.11 O Japão e a Coreia apresentaram comentários sobre o modelo da contribuição e concordou-se que as suas anotações deveriam ser incorporadas no relatório (anexo 15 & 16).

15. Relatório do Japão aos procedimentos de Ratificação internos para consentir SEAFO

A comissão tomou nota de que o Japão fez algumas correcções editoriais ao texto da convenção com propósitos internos, com a finalidade de se obter aprovação do Parlamento japonês para que este país aceda a Convenção da SEAFO. Anotou-se também que este não teria nenhum impacto substantivo na convenção da SEAFO como tal.

16. Relatório das reuniões assistidas pelo Secretário executivo

16.1 O secretário executivo relatou a 28ª Reunião do COFI. Os tópicos principais de importância para a SEAFO são *inter alia* a resposta ao questionário do código de conduta, da execução do código de conduta, da execução de IPOA, e da cooperação regional, revisão de desempenho de RFMO, reforço Governativo em Alto mar e o IUU. Foi feita uma intervenção em nome da SEAFO relativamente a medida de Conservação 12/08.

16.2 O Secretário Executivo reportou a segunda reunião regional da Rede do Grémio das Pescas realizada em Roma. Os tópicos principais levados para discussão foram: a revisão das decisões da 28ª reunião do Cofi, os factores que afectam a gestão das Pescas, a sobre – capacidade, a definição 61/105 de UNGA, a gestão responsável das pescas em ecossistemas marinhos, o papel dos Grémios das Pescas o estado das FIRMS e do CWP na SEAFO.

16.3 O Secretário Executivo (ES) apresentou um relatório sobre a reunião do Comité de Gestão da Comissão da Corrente de Benguela, realizada em Cape Town, África do Sul. Um total de 43 projectos científicos foram avaliados e aprovados pelo Comité de Gestão sob condição de disponibilidade de fundos. O ES indicou que o relacionamento entre SEAFO e o BCC deve ser reforçados uma vez que alguns podem beneficiar a SEAFO.

16.4 O Secretário Executivo relatou sobre uma visita de estudo ao NEAFC em Londres durante o mês de Junho. Os pontos das discussões foram os regulamentos dos da equipe de funcionários e documentações de captura sobre o Esquema de Medidas Portuárias. A secretária executiva mencionou que a visita foi frutífera.

17. Relatório dos representantes da SEAFO em 2008/2009 de reuniões de outras organizações internacionais

17.1 Angola relatou sobre uma reunião de FAO realizada em Roma relativa as negociações dos Estados Portuários ao combate a pesca IUU. A reunião seguinte será em Novembro 2009.

17.2 O EC relatou sobre a reunião anual de 2009 da NAFO (Conselho Geral e Comissão das Pescas), em particular nos resultados concretos experimentados na área da convenção da NAFO após aplicar medidas estritas de conservação durante anos. Após muitos anos de um moratório das pescas, dois mananciais de peixes, a saber o bacalhau (área 3M) e os salmonetes (3L) recuperaram para que a pesca seja aberta em 2010. Foram fechadas algumas áreas vulneráveis do ecossistema marinho (VME). Estas que representam aproximadamente 90% da área de VMEs. O novo ponto inicial dos encontros será obrigatório para as pescarias de arrasto.

17.3 O EC relatou sobre a reunião anual 2008 do NEAFC. Foram adoptados e novos procedimentos para a avaliação. Foi acordado o esquema de controlo que requer informação a tempo real dos Centros de Monitorização das Pescas. A lista preta e as Mediadas do Estado Português foram revistas de forma a combater as pescarias IUU.

17.4 A Noruega forneceu um relatório da 27ª Reunião Anual do CCAMLR. A referida reunião foi realizada em Hobart, Austrália de 27 Outubro a 7 de Novembro de 2008. Os assuntos principais discutidos na reunião estavam relacionados ao resultado da revisão de desempenho do CCAMLR, à resposta do CCAMLR a resolução da UNGA relativa aos ecossistemas marinhos vulneráveis (VME) e a pesca de fundo, o aumento da participação da pescaria de krill e as acções reduzir a quantidade de pesca de IUU.

Em 2008 uma revisão de desempenho do CCAMLR foi empreendida. Os critérios estabelecidos foram extraídos principalmente daqueles usados pelos outros RFMOs. O painel consistiu em uma mistura de peritos internos e externos, que relataram as suas descobertas à reunião anual. O relatório consiste em uma análise extensiva da organização e um grande número de recomendações. A reunião concordou com as áreas prioritárias para os próximos anos, e entre elas estão; controlo portuário do estado, responsabilidades do estado de bandeira, estabelecimento de uma rede de áreas protegidas marinhas (MPAs) e uma coordenação melhor com outras comissões dentro do sistema Antártico.

Foi também gasto tempo considerável este ano na pescaria de krill. Há um interesse crescente, nos membros do CCAMLR e por membros de outros Estados de bandeira. Embora as notificações tenham aumentado dramaticamente nos últimos anos, as capturas estão ainda bem abaixo do TAC de precaução. Um grande número de notificações não estão materializados, e a fim de abordar este problema a reunião discutiu um sistema possível de taxa, que não foi concordado. Espera-se, entretanto, que a CCAMLR venha reverter esta situação.

A respeito da pesca de IUU, deve-se anotar que CCAMLR tem ao longo dos anos introduzido uma série de medidas para neutralizar tais actividades, e desde 2002 que as capturas estimadas de IUU diminuíram em aproximadamente 80% (de 12000 a 2000 toneladas). O EC por três anos consecutivos propôs um sistema em medidas relacionadas com o mercado contra os estados envolvidos no comércio de Patagonian Toothfish sem ser uma Parte do Sistema de Documentação das Capturas Estabelecido (CD). Como em anos precedentes, a proposta recebeu forte sustentação de diversos membros, mas o consenso foi embargado outra vez pela Argentina.

18. Nomeações das Partes para representar a SEAFO em reuniões de outras organizações internacionais 2009/2010

A Comissão aprovou as seguintes nomeações para representar SEAFO como observador nas seguintes reuniões:

- Angola – ICCAT (2009)
- EC – NAFO (2010)
- EC – NEAFC (2009)
- Noruega – CCAMLR (2009)

19. Outros assuntos

A Comissão decidiu sustar a decisão feita de que somente as embarcações das Partes sob Contrato devem ser listados na lista autorizada SEAFO da embarcação. O Japão e a Coreia serão notificados formalmente desta decisão.

Data e Local da reunião anual de 2010

- Foi marcada para 11 - 15 Outubro 2010, a data para a reunião seguinte da Comissão.
- A reunião seguinte será Na Namíbia e o Secretariado irá fazer propostas sobre o local.

21. Encerramento da Reunião

O presidente encerrou a reunião e elogiou as Partes pela conduta eficiente e eficaz durante a reunião. Agradeceu delegados pela sua contribuição positiva e desejou a todos uma viagem de regresso segura aos respectivos países. O presidente agradeceu a Taiyo (Namíbia) e a Tefco (África do Sul) pelo patrocínio das pastas e das jaquetas, e o Secretariado pelo seu esforço especial na preparação e no decorrer da reunião anual.

ANEXO 1

LISTA DE DELEGADOS

ANGOLA

Dielobaka NDOMBELE (Chefe de Delegação)
Instituto Nacional de Investigação Pescas
Ministério das Pescas
P. O. Box 2601
Ilha de Luanda, Angola
Telefone: +244 323474445
Fax: +244 222 309731
Email: intercambio-director@angola-minpescas.com

Kumbi KIILONGO
Investigador de Pescas
Instituto Nacional de Investigação Pescas
Ministério das Pescas

Caixa postal 2601
Ilha de Luanda, Angola
Telefone e: +244 222309077
Fax: +244 222 309731
Email: kkilongo@gmail.com

COMUNIDADE EUROPEIA

Constantin ALEXANDROU (Chefe de Delegação)
DG de Pescas e assuntos Marítimos
Política Externa e acordos Internacionais e Regionais
Comissão Europeia
B- 1049 Bruxelas, Bélgica
Telefone: +32 22990077
Fax: +32 22956858
Email: constantin.alexandrou@ec.europa.eu

Alan GRAY
DG de Pescas e assuntos Marítimos
Política Externa e acordos Internacionais e Regionais
Comissão Europeia
Rua Joseph II, 99
B- 1049 Brussels, Belgium
Phone: +32 22990077
Fax: +32 22956858
Email: alan.gray@ec.europa.eu

Willem BRUGGE
Chefe de Unidade, Inspeção das Pescas
Direcção Geral as Pescas e assuntos Marítimos
Comissão Europeia

Rua Joseph II, 99
B-1049 Brussels, Belgium
Telefone: +32 22955137
Fax: +32 22956858
Email: willem.brugge@ec.europa.eu

Luis LOPEZ-ABELLAN
Instituto Español de Oceanografía
Centro Oceanografico de Canarias
CTRA. San Andres No 45
38120 S/C de Tenerife
Islas Canarias ESPANHA
Telefone : +34-922549400
Fax: +34-922549554
E-mail: Luis.lopez@ca.ieo.es

Phil LARGE
Laboratório de Lowestoft
Pakefield Road
Lowestoft
Suffolk NR 33 0HT
Tel : +44-1502-562244
Fax : +44-1502-513865
UNITED KINGDOM
E-mail : Phil.large@cefass.co.uk

NAMÍBIA

Moses MAURIHUNGIRIRE (Chefe de Delegação)
Director: Gestão de Recursos
Ministry of Fisheries and Marine Resources
Private Bag 13355
Windhoek, Namibia
Phone: +264 61 2053114
Fax: +264 61 220558
Email: mmaurihungirire@mfmr.gov.na

Email: rcloete@mfmr.gov.na

Bony AMUTSE
Vice-director: MCS
Ministry of Fisheries and Marine Resources
Private Bag 13355
Windhoek, Namibia
Phone: +264 61 205 3911
Fax: +264 61 205 224566
Email: bamutse@mfmr.gov.na

Titus ILENDE
Vice-Director
Gestão de Recursos
Ministry of Fisheries and Marine Resources
Private Bag 13355
Windhoek, Namibia
Phone: +264-61-205-3911
Fax: +264-61-224566
Email: tiilende@mfmr.gov.na

Graca D'ALMEIDA
Bióloga de Pescas chefe
Nat. Marine Information & Research Centre
Ministry of Fisheries and Marine Resources
Private Bag 912
Swakopmund, Namibia
Phone: +264 64 4101000
Fax: +264 64 404385
Email: gdalmeida@mfmr.na.gov

Chris BARTHOLOMAE
Biólogo chefe de Pescas
Nat. Marine Information & Research Centre
Ministry of Fisheries and Marine Resources
Private Bag 912
Swakopmund, Namibia
Phone: +264 64 4101000
Fax: +264 64 404385
Email: cbarholomae@mfmr.gov.na

Rudolf CLOETE
Bióloga chefe de Pescas
Nat. Marine Information & Research Centre
Ministry of Fisheries and Marine Resources
Private Bag 912
Swakopmund, Namibia
Phone: +264 64 4101000
Fax: +264 64 404385

John SHIMBILINGA
Inspector Chefe de Pescas
Ministry of Fisheries and Marine Resources
P.O. Box 1594
Walvis Bay, Namibia
Phone: 264-64-201-6111
Fax: 264-64-2016-228
Email: jshimbilinga@mfmr.gov.na

Malcolm BLOCK
Inspector de Controlo das Pescas
Ministry of Fisheries and Marine Resources
P.O. Box 1594
Walvis Bay, Namibia
Phone: 264-64-201-6111
Fax: 264-64-2016-228
Email: mblock@mfmr.gov.na

Matty PAULUS
Inspector Chefe de Pescas
Ministry of Fisheries and Marine Resources
P.O. Box 1594
Walvis Bay
Namibia
Phone: 264-64-201-6111
Fax: 264-64-2016-228
Email: mpaulus@mfmr.gov.na

Rosalia MUPETAMI
Inspector Chefe de Pescas
Ministry of Fisheries and Marine Resources
P.O. Box 1594
Walvis Bay
Namibia
Phone: 264-64-201-6111
Fax: 264-64-2016-228
Email: rmupetami@mfmr.gov.na

NORUEGA

Terje LOBACH (Chefe de Delegação)
Consultor Jurista Sénior
Direcção das Pescas
P.O. Box 2009, Nordney
5817 Bergen
Phone: +49 55238139
Fax: +47 55238090

Email: terje.lobach@fiskeridir.no

Odd Gunnar SKAGESTAD
Ministério de Relações exteriores
Haakon VII plass
0032 Oslo, Norway
Phone: +47 22243615 Fax: +47 22249580
Email: ogs@mfa.no

JAPÃO

Kenro IINO (Chefe de Delegação)
Consultor do ministro
Ministério da Agricultura, Floresta e
Pescas,
Divisão de assuntos internacionais
Agência de Pescas do Japão
1-2-1 Kasumigaseki, Chiyoda-ku, Tokyo
Japan, 100-8907
Tel: 81-3-3502-8460
Fax: 81-3-3502-0571
Email: keniino@hotmail.com

Tsutomu NISHIDA
Investigador Coordenador de Oceanografia e
Recursos
T6v jhxdg Research Institute of Far Seas
Fisheries
Agência de Pescas do Japão
1-2-1 Kasumigaseki
Chiyoda-ku, Tokyo
Japan 100-8907
Tel: 81-3-3502-8460
Fax: 81-3-3502-0571
Email: tnishida@jdsta.or.jp

Noriaki TAKAGI
Director, Secretário Executivo
Associação das Pescas Além -fronteiras
Agência de Pescas do Japão
Japão
1-2-1 Kasumigaseki, Chiyoda-ku, Tokyo
Japan, 100-8907
Tel: 81-3-3502-8460
Fax: 81-3-3502-0571
Email: Mtakagi@jdsta.or.jp

Takeru IIDA
Oficial Técnico ,
Divisão de Pescas longícuas

Agência de Pescas do Japão
1-2-1 Kasumigaseki, Chiyoda-ku, Tokyo
Japan, 100-8907
Tel: 81-3-3502-8111 (ext 6726)
Fax: 81-3-3591-5824
Email: takeru-iida@nm.maff.go.jp

Kunikazu SHIMAMOTO
Embaixada do Japão
Segundo Secretário,
Divisão Económica, (Marinha e Pescas)
259 Baines Street
Groenkloof, Pretoria, 0001
Republic of South Africa
Tel: +27 12 452 1543(direct)
Tel: +27 12 452 1500(switchboard)
Cell: +27 83 260 8200
Fax: +27 12 452 1631
Email: kunikazu.shimamoto@mofa.go.jp

REPUBLICA DA COREIA

Kyu Jin SEOK
Ministério da Agricultura, Florestas e
Pescas,
Republic of Korea
Tel: +82-25002416
Fax: +82-25039174
Email: pisces@nfrdi.go.kr

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Dr. Randall ROBINSON
Departamento de Estado de Conservação
Marinha
Gabinete de Oceanos, Ambiente e Ciência
Building, Room 2758
Washington, DC 20520-7818
Tel: +202 647 3228
Email: RobinsonR2@state.gov

FAO

Hiromoto WATANABE
Departamento de Pescas e aquacultura
Organização para Alimentação e Agricultura
das Nações Unidas
Ville de Terme, de Caracala, 00153
Rome, Italy
Phone: +39 06 57055252
Fax: +39 06 57056500
Email: Hiromoto.Watanabe@fao.org

TAIYO A & CO> LTD

Yoshinobu NISHIKAWA
Gestor para os escritórios de
Cape Town
Taiyo A & Co. Ltd
4th Floor Foretrust Bldg
Martin Hammerschlag Way
Foreshore, Cape Town 8000
South Africa
Phone: +27 21 425-4328
Fax: +27 21 425-7148
Cell: +81 3 6220 1260
Email: fwgd1211@nifty.com

A.J. MANSINHO
Director Gestor
AMSTAI (Pty) Ltd
P.O. Box 49
Walvis Bay, Namibia
Phone: +264-64-206294/95
Fax: +246-64-206207
Email: tony@namibnet.com

Sakino TOMONORI
Representative
TAYIO A & F Co., Ltd
4th Floor Foretrust Bldg
Martin Hammerschlag Way
Foreshore, Cape Town 8000
South Africa
Phone: +27 21 425-4328
Fax: +27 21 425-7148
Email: taiyoct@mweb.co.za

NAMIBIA FISHERIES OBSERVER AGENCY (FOA)

Ruben HAMUNYELA (Head of Delegation)
Fisheries Observer Agency
Walvis Bay, Namibia
Phone: +264 64 219500
Fax: +264 64 219547
Email: hdopswb@foa.com.na

Mathias IIYAMBO
Fisheries Observer Agency
Walvis Bay, Namibia
Phone: +264 64 219500
Fax: +264 64 219547
Email: matias@foa.com.na

Quintin ARMSTRONG
Agência de observadores de Pescas
Walvis Bay, Namibia
Phone: +264 64 219500
Fax: +264 64 219547
Email: Quintonarm@yahoo.com

Victor MUUNDJA
Agência de observadores de Pescas
Walvis Bay, Namibia
Phone: +264 64 219500
Fax: +264 64 219547
Email: Victor@foa.com.na

COMISSÃO DA CORRENTE DE BENGUELA

Hashali HAMUKUAYA
Secretário Executivo
O Secretariado
Comissão da Corrente de Benguela
Windhoek, Namibia
Phone: +264-61-246948
Fax: +264-61-246803
Email: hashali@benguelacc.org

SECRETARIADO E PESSOAL DE APOIO

Anna SNYDERS
Administradora
P.O. Box 4296, Walvis Bay, Namibia
Phone: +264-64-220387
Fax: +264-64-220389
Email: asnymders@seafo.org

Ben van ZYL
Secretário Executivo
P.O. Box 4296, Walvis Bay, Namibia
Phone: +264-64-220387
Fax: +264-64-220389
Email: bvanzyl@seafo.org

INTERPRETES

Inocencio SIMOES
Lingua Consultancy Service
Windhoek, Namibia
Phone: +264 61 301032
Fax: +264 61 301033
Email: inocencio@yahoo.com

Samuel CORTESAO
Lingua Consultancy Service
Windhoek, Namibia
Phone: +264 61 301032

Fax: +264 61 301033

Email: cortesao2000@yahoo.com

ANEXO 2

Agenda da 6ª Reunião Anual da Comissão (Swakopmund, Namíbia 5 a 8 de Outubro de 2009)

Local: Alte Brucke, Swakopmund

1. Abertura da reunião
2. Adopção da agenda e aspectos organizativos da reunião
3. Declaração de abertura pelas Partes
4. Introdução e admissão dos observadores
5. Estado da convenção no respeito a entrada de membros
 - Japão
 - Coreia
 - Outros
6. Estado do acordo das matrizes
7. Comunicação da Namíbia a respeito dos escritórios da SEAFO
8. Revisão de desempenho da organização/composição do painel de revisão
9. Relatório do Comité Científico
10. Consideração do relatório do Comité Científico da Comissão
11. Relatório do Comité de Fiscalização
12. Consideração do relatório do Comité de Fiscalização
13. Relatório do Comité de administração e Finanças
14. Consideração do relatório de administração e Finanças
15. Relatório do Japão dos procedimentos internos de Ratificação para se juntar a SEAFO
16. Relatórios das reuniões participadas pelo Secretário Executivo
17. Relatórios das reuniões outras organizações internacionais participadas por representantes da SEAFO em 2008 e 2009.
18. Nomeações das partes das partes para representar a SEAFO em 2009/2010 em reuniões de outras Organizações internacionais
19. Outros Assuntos
20. Data e lugar da Reunião anual de 2010
21. Encerramento da Reunião

ANEXO 3

DECLARAÇÕES DE ABERTURA PELAS PARTES E SIGNATÁRIOS

3.1 Declaração de Angola

3.2 Declaração da Namíbia

A Namíbia como nação anfitriã dá as boas-vindas a todos os países e organizações não – governamentais à terra do bravo (Namíbia). Nós acreditamos que apreciará a hospitalidade afectuosa oferecida pela cidade fria de Swakopmund. Felicitamos o secretariado da Organização das Pescarias do Atlântico Sul (SEAFO) pela reunião bem organizada. Obrigado, Dr. van Zyl e o resto do secretariado pela solicitude e idoneidade.

Senhoras e Senhores, nós estamos cientes do fato de que a SEAFO é um RFMO relativamente novo mas atravessou estágios importantes de desenvolvimento. Namíbia como uma parte sob contracto da Comissão está uma vez a incentivar aqueles estados que pescam actualmente na área da convenção para ratificar e aceder a SEAFO. A perícia e o conhecimento destas nações são um ingrediente necessário para questões de peso de interesse para a comissão e de deliberação das corporações subsidiárias da Comissão.

A exigência da convenção a respeito da adesão às medidas é de máxima importância porque esta afirmará a protecção e o uso sustentável a longo prazo dos recursos na área da convenção.

Nós Verificamos que os recursos vivos dentro das zonas económicas exclusivas (ZEEs) foram usados em seu potencial absoluto. E, as únicas duas alternativas, se nós devermos fornecer segurança alimentar necessária é pesquisar a expansão da aquacultura (que não está no domínio de SEAFO) e em segundo lugar è a de pesquisar a também chamada “ as eminentes fronteiras do alto mar ”. A SEAFO como outras organizações regionais de gestão das pescas (RFMOs) provou ser um veículo para a conservação e a gestão sábia das espécies de alto mar enquanto explorados.

Adicionalmente, nós estamos a experimentar actualmente o apoio continuado das ONGs para a listagem de mananciais de peixes comercialmente importantes dentro dos apêndices dos CITES e a condução de vastas campanhas na promoção de proibição na exploração destes mananciais. Um de seus argumentos a favor de sua listagem é de que os RFMOs são incapazes ou não querem tomar decisões que assegurariam o futuro destes mananciais ou espécies.

Porque a pesca de mar profundo é uma actividade relativamente nova e requer recursos consideráveis em termos de investimento e de tecnologia, poucos países desenvolveram ainda as políticas e os planos relacionados especificamente a gestão, mesmo em suas próprias águas. Isto aplica-se principalmente às nações em desenvolvimento é a Namíbia tem muito prazer de que as correntemente debatidas linhas mestras formuladas para as

pescarias de mares profundos têm-se dirigido às nações pequenas e pequenos estados ilhéus para que se concorde no auxílio tão necessário na monitorização, controlo, fiscalização, pesquisa e exploração dos recursos nestas fronteiras. È chegada a hora para que estas linhas mestras sejam operacionalizadas e a SEAFO é chamada assim a activar estes procedimentos para o benefício dos mares sob a jurisdição da SEAFO além -mar. Muito obrigado, a Namíbia acredita que esta reunião da Comissão será bem sucedida e adicionará ao desenvolvimento da SEAFO.

3.3 Declaração da Noruega

Sr. Presidente, distintos representantes, senhoras e senhores.

É um prazer para Noruega participar mais uma vez de uma reunião anual da SEAFO. Em nome da delegação norueguesa, gostaria de agradecer o governo da Namíbia pelo convite feito ao seu lindo país. Eu estou particularmente satisfeito por estar de volta a Swakopmund, onde não tenho vindo desde 1998, quando participei do terceiro círculo de negociações sobre a Convenção da SEAFO. Gostaria de usar esta oportunidade para expressar a minha apreciação do fato de que o Acordo da Sede entre o país anfitrião e a SEAFO foi finalmente assinado.

Gostaria também de usar esta oportunidade de dar-lhe as boas-vindas oficialmente, Sr. Groenhof, na posição de presidente desta organização. Eu notei que esteve envolvido desde o ano passado em vários assuntos, e nós estamos ansiosos em trabalhar consigo nesta reunião.

A protecção de habitats do oceano e da biodiversidade do mar profundo transformou-se num assunto importante na agenda internacional. A SEAFO adoptou o ano passado uma estrutura pormenorizada em resposta ao apelo da Assembleia-geral da Nações Unidas para abordar assuntos relacionados à pesca profunda e aos ecossistemas marinhos vulneráveis.

Embora a SEAFO tenha agora um conjunto de regulamentos em efectividade, há ainda muito a ser feito, no Comité Científico e na Comissão, para refinar os detalhes desta estrutura importante.

A importância de medidas do Estado portuário foi reconhecida pela comunidade internacional, e os membros da FAO concordaram na última semana de Agosto com o Acordo Global. Este é um marco na luta da pesca de IUU, e eu penso que a SEAFO tem que considerar o impacto que este acordo pode ter no esquema das medidas do Estado portuário.

Embora se reconheça que SEAFO tenha dado passos importantes em anos recentes, nós gostaríamos de seguir a decisão do ano passado de empreender uma revisão de desempenho da organização. Houve muitos apelos da

comunidade internacional para a condução de tais revisões, e a maioria dos outros RFMOs têm respondido já a estes pedidos.

Bem, o ano passado nós concordamos com os critérios da avaliação, assim nesta reunião nós temos que concordar com a composição e os termos de referência de um painel de revisão, bem como para as possíveis consequências financeiras e administrativas para 2010.

A Noruega gostaria de enfatizar a necessidade de ratificação da convenção da SEAFO por mais estados, e urge os estados costeiros da região não membros, nomeadamente o Reino Unido a ratificar também a convenção.

Para transformar-se em RFMO eficazes, com a credibilidade requerida é importante que todos os estados que participam nas pescas na área transformem-se em Partes da SEAFO, e nós estamos ansiosos para sermos informados sobre o progresso neste aspecto.

Finalmente, a delegação norueguesa está preparada para trabalhar duramente nos próximos dias para que se consiga resultados favoráveis nesta reunião anual.

4. Declaração de abertura pelo EC

Sr. Presidente,
Distintos delegados,
Senhoras e Senhores.

A Delegação do EC está uma vez mais agradecida por estar aqui na Namíbia, e em particular em Swakopmund para a 6ª Reunião anual da SEAFO. Gostaríamos também de agradecer o povo da Namíbia pelas boas vindas calorosas que nos foram agraciadas mia suma vez.

Nós gostaríamos de felicitar o governo de Namíbia, e em particular o ministro Iyambo, por assinar o Acordo da Sede da SEAFO com Namíbia na última semana em Walvis bay. Isto marca um ponto significativo na história da organização, porque fornece a SEAFO a fundação necessária e o estatuto legal na Namíbia de modo que possa operar em conformidade com a lei e tratados internacionais. Isto é, para citar as palavras do ministro Iyambo, "crucial para que todas as organizações internacionais realizem seus deveres".

Nós anotamos com satisfação os avanços que foram feitos pela SEAFO em anos recentes, como o desenvolvimento e a adopção das medidas para trazer a SEAFO em concordância com a Resolução 61/105 de UNGA, em relação as

actividades de pesca do fundo e a protecção de Ecossistemas marinhos vulneráveis e em particular nas medidas adoptadas o ano passado neste aspecto. Nós estamos ansiosos em observar com interesse os resultados do grupo de trabalho científico que se reuniu a semana passada. Nós não devemos também ignorar os avanços que têm sido desenvolvidos por outras organizações regionais de gestão das pescas, por exemplo a NAFO que há duas semanas atrás fechou em Bergen, áreas importantes de VMEs na sua área de regulamentação.

Uma outra etapa para a organização neste ano e que foi concordado o ano passado será constituição do painel de revisão de desempenho da SEAFO.

Em nossa opinião, este painel deve representar um equilíbrio entre as Partes da Organização e os peritos externos independentes. Nós esperamos que este trabalho se concretize e que seja aprovado o seu relatório na reunião anual de 2010.

Uma área de preocupação para o EC é o relatório de capturas e a notificação de embarcações autorizadas. Esta é um assunto que nós estaremos a seguir dentro o Comité de Cumprimento que começará seu trabalho hoje, mais tarde bem como a questão das Partes não Contratantes.

No respeitante as Partes Não Contratantes, nós notamos a correspondência de encorajamento entre o Governo do Japão e nosso presidente. Nós esperamos com sinceridade que a ascensão do Japão, e da Coreia a SEAFO este ano seja frutífera. Eu gostaria de fazer lembrar aos participantes do aviso da SEAFO na reunião 2007 das consequências destas duas nações importantes de pesca não respeitarem as suas obrigações internacionais ao não se juntarem a SEAFO. Para encerrar, eu gostaria de sublinhar a nossa voluntariedade de trabalhar construtiva e cooperativamente esta semana, com todos as outras Partes da SEAFO, a fim chegar em um resultado bem sucedido e positivo na sexta-feira.

Obrigado.

ANEXO 4

DECLARAÇÕES DE ABERTURA DOS OBSERVADORES

4. 1 FAO

A FAO está muito grata pelo convite feito pelo Secretariado da Organização das Pescarias do Atlântico Sudeste (SEAFO) para observar sua Sexta Reunião Anual. A FAO também deseja expressar a sua gratidão pela calorosa hospitalidade fornecida pelas autoridades da Namíbia, bem como do Secretariado. A FAO vem mantendo uma relação de trabalho estreita e eficaz com a SEAFO e deseja continuar essa colaboração.

Os Órgãos Regionais de Pesca (RFBs), incluindo Organizações Regionais de Gestão das Pescas (RFMOS) desempenham um papel único para facilitar a cooperação internacional para a conservação e gestão dos recursos Pesqueiros. Os RFBs representam o único meio realista de governar populações de peixes que ocorrem como transzonais ou unidades populacionais partilhadas entre as zonas de jurisdição nacional, ou entre estas e as zonas do alto mar, ou exclusivamente no alto mar. Portanto, para fortalecer os RFBs, a fim de conservar e gerir as unidades populacionais de peixes de forma mais eficaz, continua a ser o maior desafio para a governança internacional das pescas.

Na vigésima sétima sessão do Comité das Pescas da FAO (COFI 27) realizada em Março de 2007 foram discutidas questões relacionadas aos RFBs, como um item separado da Agenda, pela primeira vez na história da COFI. Muitos membros pediram que a FAO continuasse a apoiar os RFBs. Na vigésima oitava sessão do COFI (COFI 28) em Março de 2009, em vários pontos substanciais da agenda, em particular, o progresso na implementação do Código e os Planos de Acção Internacional (ponto 4), Gestão da pesca de profundidade em alto-mar (ponto 7) e a luta contra a pesca IUU (ponto 8), foi também repetidamente sublinhado o papel importante da RFBs. Imediatamente após a sessão do COFI, o II Encontro Regional das organizações de Rede das Secretarias de Pesca (RSN 2) foi realizado em Roma, e reiterou o papel importante e de confiança dos RFBs a desempenhar na governação global e regional das pescas.

Houve um progresso notável feito recentemente na governação global da pesca, onde o papel do RFBs também é muito esperado. As Orientações para a Gestão de pescarias de profundidade no Mar Alto foram acordadas em 29 de Agosto de 2008. Este novo instrumento internacional é o primeiro de seu tipo em termos de integração da gestão das pescas e das exigências de conservação. Os RFBs são novamente altamente esperados como força motriz

para a execução das orientações, o que me leva a observar atentamente a discussão a ser feita neste ponto relevante da agenda.

Muitos ilustres delegados estão igualmente a par de que o COFI, reconhecendo a necessidade urgente de um conjunto abrangente de medidas pelo Estado do Porto, decidiu prosseguir com o desenvolvimento de um acordo juridicamente vinculativo relativo a medidas do Estado do Porto com base no Plano de Acção Internacional da FAO de 2001 para Prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU) e o Modelo Esquema da FAO de 2005 sobre Medidas de Estado do Porto para combater a pesca IUU. Uma consulta técnica sobre as medidas do Estado do Porto continuou a fortalecer-se desde Junho de 2008 e a última sessão foi realizada no final de Agosto deste ano e encerrou o debate sobre o projecto. O Conselho da FAO, que se reuniu há alguns dias, decidiu enviar o Projecto de acordo, juntamente com um projecto preliminar de Resolução da Conferência, a Organização da Conferência, que se reunirá em Novembro deste ano, para apreciação e aprovação. Espera-se que o Acordo esteja pronto para a assinatura, imediatamente após a aprovação da Conferência. A Aplicação do instrumento dependerá também muito da cooperação e colaboração com e entre os RFBs.

Gostaria de informar também que o desenvolvimento de um registo global e abrangente dos Navios de Pesca está em curso e, deverá ser organizada uma consulta técnica em 2010. Para este assunto em particular, a cooperação e colaboração com RFBs também é essencial.

Gostaria também de abordar a questão de mudanças climáticas e pesca. A FAO organizou um Workshop de Peritos sobre as Alterações Climáticas e Implicações nas Pescas e Aquicultura de 7 a 9 Abril de 2008 e apresentou um documento de apoio técnico para a Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar Mundial: os Desafios das Mudanças Climáticas e Bio energia, realizada em Roma de 3 a 5 Junho de 2008. Durante a última sessão dos membros da COFI muitos concordaram que a melhoria da gestão das pescas e da aquicultura iria aumentar a sua resistência e capacidade de adaptação às alterações climáticas. Enquanto a questão é bastante complexa e ampla em seu escopo, os RFBs deverão ter um papel importante. Uma breve política sobre este assunto também está disponível separadamente para os interessados.

Nessa arena de pesca altamente internacionalizada, é quase impossível agora para FAO trabalhar em questões globais e regionais de pesca, sem a cooperação e colaboração dos RFBs. Portanto, gostaria de reafirmar a forte expectativa da FAO e do compromisso de trabalhar com os RFBs continuamente e de forma colaborativa. A SEAFO é um dos instrumentos mais recentes e avançados para a pesca mais responsável e sustentável, na qual todas as comunidades de pesca do mundo são cuidadosa e ansiosamente assistindo. Portanto, é altamente esperado que a SEAFO continuará a desempenhar um papel significativo na acção regional para assegurar a sustentabilidade e gestão mais responsável das pescas no Atlântico sul.

Em conclusão, gostaria de transmitir os cumprimentos a reunião do Director-Geral Assistente da FAO para Pescas e Aquicultura, o Sr. Ichiro Nomura. Ele deseja sucesso em todas as deliberações.

4.2 Japão

Sr. Presidente, Distintos Delegados, Senhoras e Senhores.

É uma honra ter sido convidado para a 6^a Reunião Anual da SEAFO nesta bela cidade de Swakopmund. Nós gostaríamos de expressar a nossa sincera gratidão ao Governo da República da Namíbia por sediar este encontro e pela hospitalidade que recebemos, e ao Secretariado pela excelente preparação deste encontro. Lamentavelmente, estamos este ano aqui novamente como observadores. Mas é com prazer que informamos que estamos a realizar de momento os preparativos finais para os procedimentos internos necessários para obter a aprovação do Diet para a adesão à Convenção da SEAFO o mais rapidamente possível. Neste contexto, gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para expressar o nosso profundo agradecimento pela generosa cooperação do Sr. Presidente, Secretário Executivo da SEAFO e dos funcionários da FAO pela prorrogação do curso legal da nossa preparação. Sr. Presidente, esperamos sinceramente que a Comissão dê a delegação japonesa, oportunidade de trabalhar em conjunto com outros Estados – membros nesta reunião. Esperamos que a Comissão discuta medidas razoáveis de gestão para a conservação e o uso sustentável dos recursos pesqueiros á longo prazo na zona da Convenção. Obrigado.

4.3 Coreia

Sr. Presidente, Distintos Delegados, Senhoras e Senhores.

É meu prazer assistir á esta reunião. Em nome do Governo da Coreia Agradeço ao Secretariado pela preparação dessa reunião e ao Governo da Namíbia por acolhê-la.

A Coreia, como um Estado de Pesca Responsável, tem mostrado a sua disponibilidade no exercício e aplicação da Abordagem de precaução na gestão dos recursos pesqueiros em cada ORP, em consonância com outros princípios internacionais, tais como o UNSFA, 1995 e do Código de Conduta da FAO para a pesca responsável, 1995.

A Coreia tem também implementado todas aquelas medidas de conservação e de gestão de cada ORGP que a Coreia aderiu como membro de pleno direito,

como a NAFO, CCAMLR, e todas as ORP do atum. Pela mesma razão a Coreia pretende aderir a SEAFO como membro de pleno direito para trabalhar com os seus Estados-Membros para a conservação e gestão, uso razoável, e utilização sustentável dos recursos pesqueiros na zona da Convenção.

O Governo coreano tem vindo a acelerar o processo de ratificação para tornar-se parte da SEAFO, no entanto, é preciso mais algum tempo para concluir o processo de ratificação, devido ao tempo consumido fundamental ao processo no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio (MOFAT), bem como a ratificação no Parlamento. Espera-se que o processo de ratificação seja concluído antes da próxima reunião anual da SEAFO.

A Coreia quer e vai manifestar as nossas preocupações sobre várias questões que são importantes para nós durante a semana, especialmente, para a gestão ponderada dos recursos pesqueiros da área da SEAFO. Neste sentido, a Coreia quer ter o mesmo Nível de discussão, tanto quanto os Estados - membros possam ter durante a semana.

Esta delegação espera que esta reunião seja muito produtiva.

Obrigado.

4.4 Os Estados Unidos da América

Durante o debate na Organização das Nações Unidas em 2006, os Estados Unidos foi um forte defensor de medidas concretas para responder às preocupações sobre o impacto de certas práticas de pesca no meio marinho.

Nós pensamos, e continuamos a pensar que o resultado alcançado na época foi bom onde no parágrafo n.º 80-89, da Resolução 61/105, a UNGA lançou um apelo forte para a acção dos Estados e organizações regionais de gestão das pescas para a Gestão sustentável de mananciais de peixes e para a protecção dos ecossistemas marinhos vulneráveis de práticas de pesca destrutivas.

No mês passado, em Nova York, os Estados Unidos juntou-se a uma série de outros Estados, incluindo vários participantes nesta reunião, para analisar os progressos na aplicação destas disposições. (Randy, FYI: membros da SEAFO África do Sul, da Noruega e da CE, que foram participantes activos. Outro que deveriam estar na reunião incluiu o Japão, Rússia, Coreia e Islândia).

Os participantes na reunião, incluindo os Estados Unidos, congratulou-se com os esforços consideráveis dos Estados de bandeira, as organizações regionais de gestão das pescas, a Organização de Alimentação e Agricultura e outros para implementar estas disposições e reconheceu as acções necessárias para avançar com este esforço tão concertado;

Os participantes também reconheceram, no entanto, que, apesar deste progresso, a implementação de uma série de áreas está incompleto e que mais

trabalho dos Estados, individualmente ou através de organizações regionais de pesca e acordos, é necessário para cumprir o mandato da UNGA.

Entre as principais preocupações dos Estados Unidos está que, em algumas áreas, há navios que exercem actividades de pesca de fundo em alto mar, embora o Estado de bandeira não tenha realizado nenhuma avaliação e não fez nenhuma determinação sobre os impactos dessas pescarias em ecossistemas marinhos vulneráveis.

A actividade é clara e incompatível com o mandato da UNGA 61/105 e, a nosso ver, esses navios devem parar de pescar até os Estados de bandeira tomem as medidas necessárias.

A natureza e a extensão da avaliação do impacto realizada pelos Estados de bandeira e, a extensão em que essas avaliações são consistentes com as disposições das linhas mestras internacionais que FAO aprovou em agosto passado, é uma questão fundamental para o Estados Unidos em tais discussões.

Outras áreas em que os Estados Unidos vêem a necessidade de mais trabalho e atenção são:

- _ Identificação de áreas onde é conhecida a ocorrência de VMEs ou possam vir a ocorrer, e as medidas a serem tomadas em relação a essas áreas;
- _ Implementação do Protocolo de encontro ou prosseguir com regra do parágrafo 83 (d) de 61/105, e
- : _ Medidas destinadas a melhorar a gestão as Espécies -alvo dessas pescarias de profundidade no mar alto.

Estamos ansiosos para continuar a discussão na Assembleia Geral da ONU neste Outono e ansiosos para trabalhar com todos os participantes nas discussões para fortalecer a implementação destas disposições.

ANEXO 5

Implementação da revisão do desempenho da Organização das Pescarias do Atlântico Sudeste

Composição do Painel de Revisão:

1. Um perito nomeado pela gestão das pescas para a Alimentação ea Agricultura da Organização das Nações Unidas (FAO), que também servirá como o presidente do Painel de Revisão.
2. Um cientista indicado pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM).
3. Dr. Moisés Maurihungirire, Namíbia
4. Mr. Lobach Terje, Noruega

A Secretaria não deve ser uma parte do grupo de revisão, mas deve agir como um facilitador das suas actividades, proporcionar o acesso às informações necessárias e ajudam na elaboração do relatório. O Painel de Revisão se reunirá na Namíbia. Partes Contratantes SEAFO deve cobrir os custos associados com a participação de seus membros do painel.

Âmbito da revisão:

A revisão será efectuada com base nos critérios de desempenho acordados na reunião de 5 anual da Comissão, cf. Anexo 8 do Relatório de 2008 da Comissão.

Horário de trabalho:

O relatório do grupo de revisão deve ser concluída e disponibilizada 30 dias antes da reunião de 2010 da Comissão.